

## A política econômica em meio ao petrolão

Rogério L. Furquim Werneck\*

Os desdobramentos do escândalo da Petrobrás vão mudar de fase. O procurador-geral da República está prestes a encaminhar ao Supremo Tribunal Federal pedidos de abertura de inquérito contra parlamentares, ministros e governadores envolvidos nas investigações da Operação Lava-Jato. O jogo ficará bem mais complexo. Tanto para o governo como para o Congresso.

Ainda é difícil vislumbrar, com um mínimo de clareza, em que medida essa nova fase poderá tumultuar o quadro político do País e afetar os limites e possibilidades da condução da política econômica. Mas já é o momento de tentar analisar o que poderá ocorrer.

No governo, há quem alimente a esperança de que a lista de parlamentares implicados sirva para enfraquecer o PMDB, pôr fim à rebelião que prospera na sua bancada no Congresso e restaurar a confiabilidade do seu apoio parlamentar.

Mas há também quem tema que, ao propiciar percepção avassaladoramente concreta da real extensão do alcance do petrolão, a lista de políticos implicados possa tornar os desdobramentos do escândalo da Petrobrás ainda mais desgastantes para o Planalto.

Não são possibilidades mutuamente exclusivas. É bem possível que a lista enfraqueça em alguma medida o PMDB e, ao mesmo tempo, fragilize o governo e o impeça de reconstituir uma base parlamentar confiável.

A menos do cenário róseo e pouco crível em que a lista ajudaria a restaurar a ascendência do Planalto sobre o Congresso, o que se vislumbra são evoluções do quadro político que poderão trazer sérios problemas para a condução da política econômica. E que tenderão a agravar ainda mais as dificuldades que o governo já enfrenta no Congresso para, de um lado, aprovar as medidas de ajuste fiscal e, de outro, impedir a aprovação de medidas impensadas.

O governo não tem conseguido esconder sua tensão com a perspectiva de agravamento do quadro político que poderá se seguir à divulgação da lista de envolvidos no petrolão. No Planalto e no PT, os nervos estão à flor da pele. Basta ter em conta a desajuizada conclamação feita pelo ex-presidente Lula, há poucos dias, em um conturbado ato em defesa da Petrobrás no Rio: “Quero paz e democracia, mas eles não querem. Mas também sabemos brigar. Sobretudo quando o Stédile colocar o exército dele nas ruas.”

Crescem no governo os sinais de desalento com a possibilidade de aprovação do pacote fiscal, sem desfigurações, quando nem mesmo a bancada do PT se dispõe a respaldá-lo. Tendo em vista as vertiginosas quedas de popularidade e de imagem que enfrenta a presidente, não falta quem, a cada dia, tente convencê-la de que pode ser desavisado apostar as parcas fichas que lhe restam num longo processo de ajuste macroeconômico, cujos frutos, com sorte, só poderão começar a ser colhidos em algum ponto remoto de 2016.

Alarmada agora com a possível escalada das dificuldades que deverão emanar do petrolão, a presidente Dilma parece ter decidido dar por encerrado seu modesto esforço de reconhecimento de erros cometidos na gestão da política econômica. Certa de que não é mais o momento de fazer mea-culpa e, sim, de cerrar fileiras com os velhos escudeiros do primeiro mandato, Dilma decidiu dar o dito por não dito na anunciada substituição do presidente do BNDES.

Pesados e medidos os custos e benefícios, a presidente confirmou que Luciano Coutinho deverá permanecer no cargo, mesmo tendo em conta o papel central que desempenhou no desastroso retrocesso fiscal dos dois últimos mandatos presidenciais. Pouco ou nenhum peso parece ter sido dado ao efeito deletério que tal confirmação poderia vir a ter sobre a credibilidade da promessa de mudança do regime fiscal neste segundo mandato. Péssimo sinal.

Temendo que, com o governo fragilizado pelo petrolão, a persistência no programa contemplado por Joaquim Levy possa se tornar insustentável, Dilma parece estar deixando espaço para um recuo. O que ainda não percebeu é que, a esta altura, caso queira se livrar de Levy, a rota de escape que lhe resta é ainda pior que a da “sarneyzação”.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.